



ABIN

PÓS-PROVA

Acabe logo com a ansiedade!

PROVA ABIN – OFICIAL DE INTELIGÊNCIA - ÁREA 1

QUESTÕES DE DIREITO PENAL

Prof. Wallace França

Questão 141

Gabarito: Errado

Comentário: A lei penal mais grave não retroagirá e a criação de um crime se amolda na hipótese de uma lei penal mais grave. Portanto, a lei que crime um crime novo será irretroativa.

Questão 142

Gabarito: Correto

Comentário: Conforme artigo 26, parágrafo único do código penal, o agente que possuir o desenvolvimento mental incompleto e não ser inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato, terá a sua pena reduzida de um a dois terços.

Questão 143

Gabarito: Correto

Comentário: O crime de moeda falsa (art. 289 CP) pune a conduta daquele que falsifica moeda metálica ou papel-moeda de curso legal no país ou no estrangeiro (dólar). O artigo 289, §1º do CPB pune com as mesmas penas aquele que, por conta própria ou alheia, importa ou exporta, adquire, vende, troca, cede, empresta, guarda ou introduz na circulação moeda falsa.

Questão 144

Gabarito: Correto

Comentário: Conforme artigo 325 do código penal, o delito de sigilo funcional somente será punido se o fato não constituir crime mais grave.

Questão 145

Gabarito: Errado

Comentário: Conforme artigo 253 do código penal a conduta de adquirir, sem licença da autoridade, substância ou engenho explosivo constitui crime.

Questão 146

Gabarito: Errado



ABIN

PÓS-PROVA

Acabe logo com a ansiedade!

Comentário: Abel responderá por crime previsto no artigo 266 do código penal, com o aumento do parágrafo segundo. Portanto, não responderá por crime previsto na lei de interceptação telefônica.

Questão 147

Gabarito: Errado

Comentário: A caracterização do crime de organização criminosa, conforme a lei 12.850/13, depende do número de associados ou da infração penal praticada.

Lei 12.850/13 – Art. 1º, 1o Considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional.

§ 2o Esta Lei se aplica também:

I - às infrações penais previstas em tratado ou convenção internacional quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente;

II - às organizações terroristas, entendidas como aquelas voltadas para a prática dos atos de terrorismo legalmente definidos.

Questão 148

Gabarito: Errado

Comentário: Com a aprovação da lei 12.683/12, a lei de lavagem de capitais não exige mais um rol taxativo de infrações penais antecedentes.

Questão 149

Gabarito: Errado

Comentário: Para caracterização do crime de terrorismo, conforme previsão da lei 13260/16, além dos motivos de xenofobia, discriminação de preconceito de raça, cor, etnia e religião e a finalidade de provocar terror social ou generalizado, é necessária a exposição a perigo a pessoa, patrimônio paz pública ou a incolumidade pública e não somente à incolumidade pública, conforme descrito na questão.

Lei 13.260/13

Art. 2o O terrorismo consiste na prática por um ou mais indivíduos dos atos previstos neste artigo, por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião,



ABIN

PÓS-PROVA

Acabe logo com a ansiedade!

quando cometidos com a finalidade de provocar terror social ou generalizado, expondo a perigo pessoa, patrimônio, a paz pública ou a incolumidade pública.

§ 1º São atos de terrorismo:

I - usar ou ameaçar usar, transportar, guardar, portar ou trazer consigo explosivos, gases tóxicos, venenos, conteúdos biológicos, químicos, nucleares ou outros meios capazes de causar danos ou promover destruição em massa;

Questão 150

Gabarito: Correto

Comentário: Conforme artigo 9º da lei 7170/83, somente é crime tentar submeter o território nacional, ou parte dele, ao domínio ou soberania de outro país.

Lei 7.170/83

Art. 9º - Tentar submeter o território nacional, ou parte dele, ao domínio ou à soberania de outro país.

Pena: reclusão, de 4 a 20 anos.

Parágrafo único - Se do fato resulta lesão corporal grave, a pena aumenta-se até um terço; se resulta morte aumenta-se até a metade.

Wallace França



PoliciaI Legislativo do Senado Federal, ex-delegado de polícia do Mato Grosso do Sul, ex-agente penitenciário federal, ex-cadete aviador da Aeronáutica, Pós graduado em segurança pública, professor de direito penal, processo penal e legislação extravagante na área de concursos públicos há mais de 05 anos, possui as seguintes aprovações: Escola Preparatória de Cadetes do Ar – EPCAR (2003), Colégio Naval – Escola de preparação de oficiais da Marinha do Brasil (2003), Escola Preparatória de Cadetes do Exército – Especex (2005), Bronze na Olimpíada Mineira de Matemática (2006), Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar de Minas Gerais – CFOPMMG (2008), Polícia Rodoviária Federal – PRF (2008), Técnico de Registro da Junta Comercial do Rio de Janeiro – Jucerja (2008), Técnico Administrativo do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE (2008), Agente Penitenciário Federal – Depen (2009), 1ª fase de Delegado de Minas Gerais (2011), PoliciaI Legislativo do Senado Federal (2012), Delegado de Polícia do Mato Grosso do Sul (2013), Delegado de Polícia do Paraná (2013). Promotor de Justiça - MPMG - 1ª fase (2016).